

## PREFEITURA MUNICIPAL DE ALHANDRA

**DECRETO nº 004/2021 Alhandra, de 19 de janeiro de 2021.**

DECRETA ESTADO DE CALAMIDADE  
PÚBLICA NO ÂMBITO DA  
ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL DE  
ALHANDRA-PB E DÁ OUTRAS  
PROVIDÊNCIAS.

**O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ALHANDRA**, no uso de suas atribuições legais previstas na Constituição Federal e na Lei Orgânica do Município, e

**CONSIDERANDO** a ausência de operacionalidade, ante a ausência de informações necessárias ao início da nova Administração que ora se instala;

**CONSIDERANDO** a tentativa frustrada de transição de governo, contrariando a Resolução RN – TC nº 03/2016;

**CONSIDERANDO** o estado catastrófico financeiro e administrativo do Município de Alhandra/PB;

**CONSIDERANDO** que a gestão anterior não efetuou a correta prorrogação dos contratos administrativos provenientes das licitações solicitadas pela Comissão de Transição, através do Ofício de Transição de Governo 003/2020;

**CONSIDERANDO** o relatório apresentado pelo Secretário de Serviços Urbanos, Sr. Paulo José do Nascimento Moreno, o qual narrou haver interdição do Matadouro Público, sucateamento dos parquinhos de praças, mobiliário e equipamentos eletroeletrônicos quebrados ou extremamente danificados e sem condições de uso, utensílios e materiais de coleta de lixo quebrados e, ainda, itens sem o devido tombamento patrimonial;

**CONSIDERANDO** o relatório expedido pelo Secretário de Educação e sua Adjunta, respectivamente, Sr. Fernando Francisco de Lima e Milena Andrade Lucena de Abreu, elaborado com o conjunto de gestores das unidades educacionais do Município, que demonstra com riqueza de detalhes a situação precária e periclitante das estruturas físicas e patrimonial de unidades escolares e da própria sede da Secretaria, representados pelo sucateamento de móveis, eletrodomésticos e utensílios encontrados em péssimo estado de funcionamento, que ensejará reforma estrutural para possível retorno das aulas presenciais, além da completa falta de materiais de expediente e da extinção de diversos documentos públicos;

**CONSIDERANDO** o relatório do Secretário Municipal de Saúde, Sr. Harvey Jefferson de Carvalho, que informa ter encontrado estoque muito baixo de medicamentos na Farmácia do Hospital Municipal, inclusive, alguns vencidos, como Glicose a 5% e Terbutalina injetável, além de verificar que os veículos, especialmente ambulâncias, estavam em péssimo estado de conservação, sem manutenção

corretiva e sem funcionamento em 01/01/2021 e, ainda, diversos com licenciamento vencidos;

**CONSIDERANDO** que o Secretário de Saúde também relata estágio precário do mobiliário, dos equipamentos eletroeletrônicos, de informática e os médico-hospitalares, que necessitam de reparos, manutenção, substituição e, também, serem adquiridos os faltantes;

**CONSIDERANDO** que o Secretário de Saúde ainda relata que identificou a necessidade de reforma estrutural das unidades de saúde do Município, das quais 3 (três) tiveram suas centrais de material esterilizado interditadas e todas as unidades de básicas de saúde sem projeto contra incêndio para dimensionamento do uso de extintores e de saídas de emergência;

**CONSIDERANDO** que foi relatado que as Salas de Vacinação se encontravam sem monitoramento de temperatura e que os Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) estavam com estoques zerados de medicamentos e alimentos para pacientes, bem como, que na Central de Abastecimento farmacêutico (CAF) o estoque de Medicamentos e Materiais Médicos foi recebido em quantidade insuficiente para dar assistência de qualidade à população, faltando medicamentos injetáveis de suma importância para o Hospital, como Fentanil 50 mcg/ml ampola, Diazepam 5 mg e Dipirona, além da completa falta de insulina regular e poucas unidades de Insulina NPH;

**CONSIDERANDO** que o Secretário de Saúde relatou que não foram encontradas seringas no estoque de materiais médicos, que está em estágio crítico devido a total ausência de itens considerados essenciais ao bom e regular funcionamento e prestação de serviços de saúde à população de Alhandra;

**CONSIDERANDO** o extenso relatório da Diretora Administrativa do Hospital Municipal de Alhandra, Sra. Maria Helena Alves Coutinho de Oliveira, que relata a insuficiência estrutural do nosocômio, cuja recepção está sendo utilizada como Pronto Atendimento, além de mencionar a falta de equipamentos médico-hospitalares para monitoramento de pacientes e de canalização de oxigênio com ar comprimido, assim como, o fato das enfermarias e do bloco cirúrgico estarem desativados, sendo, respectivamente, utilizados como parte da área administrativa e depósito, no qual foram encontrados materiais e utensílios sem condições de uso e em alguns novos que aparentam nunca terem sido utilizados;

**CONSIDERANDO** ainda, que a Diretora Administrativa do Hospital informa que AGEVISA detectou irregularidades na cozinha da unidade hospitalar, bem como, interditou a Central de Material de Esterilização – CME, que necessita de diversas intervenções para voltar a servir à população alhandrense, do mesmo modo que a Lavanderia;

**CONSIDERANDO** a inexistência de Necrotério no Hospital e a sugestão de construção adequada;

**CONSIDERANDO** o relatório financeiro apresentado pela Superintendente do Instituto da Previdência do Município de Alhandra

- IPEMAD, Sra. Severina Anacleto de Lima, que relata a existência de dívidas entre o Município e o RPPS referentes à contribuições previdenciárias dos exercícios de 2018, 2019 e 2020, no valor total de R\$ 12.959.628,78 (doze milhões, novecentos e cinquenta e nove mil, seiscentos e vinte e oito reais e setenta e oito centavos), que teriam sido supostamente parcelados através de acordos cuja expectativa é de indeferimento pelo sistema CADPREV;

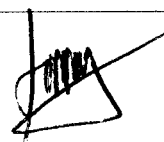
**CONSIDERANDO** o extenso relatório da Secretaria de Finanças, elaborado pelas Sras. Antonnia Karolyna Almeida Rodrigues e Edilma Pereira da Silva, respectivamente, Secretária e Adjunta da pasta, que anotam a existência de diversos débitos atribuídos ao Município de Alhandra perante a Caixa Econômica Federal e o Banco do Brasil, relativos a ausência de repasses de empréstimos consignados (R\$ 276.438,60), débitos junto ao Hospital Universitário Nova Esperança (R\$ 7.951,96), Energisa (R\$ 290.872,44), A União (R\$ 77.280,00), Anderson Paiva – Internet (R\$ 4.340,00), Copy Line (R\$ 33.440,00), Tarifas Bancárias – FOPAG (R\$ 4.676,65), além da completa inexistência de materiais de expediente (papel, pastas arquivos, canetas, escarcelas, *tonners* de impressoras etc), computadores sem funcionar, mobiliário em péssimo estado de conservação e local de trabalho insalubre;

**CONSIDERANDO** o relatório encaminhado pelo Secretário de Administração, o Sr. Severino Rufino de Santana Neto, que atesta a grave deficiência estrutural física das instalações da Secretaria de Administração (rachaduras nos prédios, computadores danificados, ar condicionados quebrados, sem manutenção e sem controles, impressoras danificadas e inutilizadas, cadeiras e móveis quebrados e inutilizados, etc), além do precário estado dos arquivos do município (com papéis mofados, arquivos fechados, computadores com arquivos apagados, arquivo de folha de pagamento desestruturado, contratos e portarias de servidores não localizados, legislação de 2017 a 2020 não localizadas, etc). Soma-se a isso a repetida inexistência de materiais de expediente (papel, pastas arquivos, canetas, escarcelas, *tonners* de impressoras etc) e insalubridade do local de trabalho;

**CONSIDERANDO** o princípio da continuidade do serviço público, cujo conteúdo determina que não pode ocorrer solução de continuidade na prestação de serviços públicos essenciais;

**CONSIDERANDO** a necessidade de aquisição de materiais de expediente e limpeza, gêneros alimentícios, combustível, medicamentos, materiais médico-hospitalares e odontológicos, equipamentos de informática, peças automotivas e serviços mecânicos, mobiliários para o regular desenvolvimento da administração e assim sendo oferecer à população serviços públicos de qualidade;

**CONSIDERANDO** que, em consonância com o ordenamento jurídico vigente, diante do cenário apresentado, o Chefe do Poder Executivo Municipal tem o dever de tomar medidas concretas com a finalidade



de limitar despesas, equilibrar as contas públicas e garantir a continuidade dos serviços essenciais;

**DECRETA:**

Art. 1º. Fica decretado Estado de Calamidade Pública no âmbito da Administração Pública Municipal da Cidade de Alhandra, a contar da data de publicação do presente decreto, mantendo-se pelo prazo de 180 (cento e oitenta dias), podendo ser prorrogado por igual período havendo necessidade, em face das condições acima consideradas.

Art. 2º. Durante o período de emergência, fica vedada a realização de quaisquer despesas no âmbito do Poder Executivo sem a prévia, expressa e direta autorização do Prefeito Constitucional.

Art. 3º. Fica autorizado à Administração Pública Municipal, com fulcro no art. 24, inciso IV da Lei 8.666/93, a contratar serviços e adquirir materiais necessários à execução dos atos de gestão administrativa essenciais, bem como ao funcionamento dos serviços básicos de saúde, educação, transporte, saneamento, limpeza pública e infraestrutura básica, sem a necessidade de certame licitatório, desde que constatada a indispensabilidade da contratação.

Art. 5º. O presente decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos jurídicos advindos do mesmo à data 01 de janeiro de 2021, quando da posse do novo gestor, uma vez em que tal momento já estava instaurada a situação de calamidade e emergência vivenciada pela Administração Municipal.

Art. 6º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Constitucional de Alhandra (PB), em 19 de janeiro de 2021.

  
**Marcelo Rodrigues da Costa**  
Prefeito

**Genoveva Reis Alves C. S. de Almeida** – Médica do Trabalho - CRM: 5058

**Art.3º.** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos administrativos e financeiros, retroagem a 04 de janeiro de 2021.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Alhandra-PB, em 19 de janeiro 2021.

**MARCELO RODRIGUES DA COSTA**

Prefeito

**Publicado por:**

Lucia Carla Bezerra de Farias

**Código Identificador:**05FD54C3

#### **GABINETE DO PREFEITO**

#### **PORTARIA N.º123/2021 ALHANDRA EM 15 DE JANEIRO 2021**

**O PREFEITO CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE ALHANDRA, ESTADO DA PARAÍBA**, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 93, inciso II, da Lei Orgânica do Município, Lei n.º 568/2017, e demais disposições legais;

#### **RESOLVE:**

**Art.1º.** Nomear o(a) senhor(a) **ELIANE PEREIRA DA SILVA NUNES**, C.P.F: 992.059.044-49, para ocupar em Comissão o Cargo Diretor do Departamento de Educação, Símbolo DAS-300, com lotação na Secretaria Municipal de Educação, deste Município, até ulterior deliberação.

**Art.2º.** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos administrativos e financeiros, retroagem a 04 de janeiro de 2021.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Alhandra-PB, em 15 de janeiro 2021.

**MARCELO RODRIGUES DA COSTA**

Prefeito

#### **REPUBLICADO POR INCORREÇÃO**

**Publicado por:**

Lucia Carla Bezerra de Farias

**Código Identificador:**3F75F536

#### **GABINETE DO PREFEITO**

#### **DECRETO N.º 004/2021 ALHANDRA, DE 19 DE JANEIRO DE 2021.**

DECRETA ESTADO DE CALAMIDADE PÚBLICA NO ÂMBITO DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL DE ALHANDRA-PB E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

**O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ALHANDRA**, no uso de suas atribuições legais previstas na Constituição Federal e na Lei Orgânica do Município, e

**CONSIDERANDO** a ausência de operacionalidade, ante a ausência de informações necessárias ao início da nova Administração que ora se instala;

**CONSIDERANDO** a tentativa frustrada de transição de governo, contrariando a Resolução RN – TC nº 03/2016;

**CONSIDERANDO** o estado catastrófico financeiro e administrativo do Município de Alhandra/PB;

**CONSIDERANDO** que a gestão anterior não efetuou a correta prorrogação dos contratos administrativos provenientes das licitações solicitadas pela Comissão de Transição, através do Ofício de Transição de Governo 003/2020;

**CONSIDERANDO** o relatório apresentado pelo Secretário de Serviços Urbanos, Sr. Paulo José do Nascimento Moreno, o qual narrou haver interdição do Matadouro Público, sucateamento dos parquinhos de praças, mobiliário e equipamentos eletroeletrônicos quebrados ou extremamente danificados e sem condições de uso, utensílios e materiais de coleta de lixo quebrados e, ainda, itens sem o devido tombamento patrimonial;

**CONSIDERANDO** o relatório expedido pelo Secretário de Educação e sua Adjunta, respectivamente, Sr. Fernando Francisco de Lima e Milena Andrade Lucena de Abreu, elaborado com o conjunto de gestores das unidades educacionais do Município, que demonstra com riqueza de detalhes a situação precária e periclitante das estruturas físicas e patrimonial de unidades escolares e da própria sede da Secretaria, representados pelo sucateamento de móveis, eletrodomésticos e utensílios encontrados em péssimo estado de funcionamento, que ensejará reforma estrutural para possível retorno das aulas presenciais, além da completa falta de materiais de expediente e da extinção de diversos documentos públicos;

**CONSIDERANDO** o relatório do Secretário Municipal de Saúde, Sr. Harvey Jefferson de Carvalho, que informa ter encontrado estoque muito baixo de medicamentos na Farmácia do Hospital Municipal, inclusive, alguns vencidos, como Glicose a 5% e Terbutalina injetável, além de verificar que os veículos, especialmente ambulâncias, estavam em péssimo estado de conservação, sem manutenção corretiva e sem funcionamento em 01/01/2021 e, ainda, diversos com licenciamento vencidos;

**CONSIDERANDO** que o Secretário de Saúde também relata estágio precário do mobiliário, dos equipamentos eletroeletrônicos, de informática e os médico-hospitais, que necessitam de reparos, manutenção, substituição e, também, serem adquiridos os faltantes;

**CONSIDERANDO** que o Secretário de Saúde ainda relata que identificou a necessidade de reforma estrutural das unidades de saúde do Município, das quais 3 (três) tiveram suas centrais de material esterilizado interditadas e todas as unidades de básicas de saúde sem projeto contra incêndio para dimensionamento do uso de extintores e de saídas de emergência;

**CONSIDERANDO** que foi relatado que as Salas de Vacinação se encontravam sem monitoramento de temperatura e que os Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) estavam com estoques zerados de medicamentos e alimentos para pacientes, bem como, que na Central de Abastecimento farmacêutico (CAF) o estoque de Medicamentos e Materiais Médicos foi recebido em quantidade insuficiente para dar assistência de qualidade à população, faltando medicamentos injetáveis de suma importância para o Hospital, como Fentanil 50 mcg/ml ampola, Diazepam 5 mg e Dipirona, além da completa falta de insulina regular e poucas unidades de Insulina NPH;

**CONSIDERANDO** que o Secretário de Saúde relatou que não foram encontradas seringas no estoque de materiais médicos, que está em estágio crítico devido a total ausência de itens considerados essenciais ao bom e regular funcionamento e prestação de serviços de saúde à população de Alhandra;

**CONSIDERANDO** o extenso relatório da Diretora Administrativa do Hospital Municipal de Alhandra, Sra. Maria Helena Alves Coutinho de Oliveira, que relata a insuficiência estrutural do nosocômio, cuja recepção está sendo utilizada como Pronto Atendimento, além de mencionar a falta de equipamentos médico-hospitais para monitoramento de pacientes e de canalização de oxigênio com ar comprimido, assim como, o fato das enfermarias e do bloco cirúrgico estarem desativados, sendo, respectivamente, utilizados como parte da área administrativa e depósito, no qual foram encontrados materiais e utensílios sem condições de uso e em alguns novos que aparentam nunca terem sido utilizados;

**CONSIDERANDO** ainda, que a Diretora Administrativa do Hospital informa que AGEVISA detectou irregularidades na cozinha da unidade hospitalar, bem como, interditou a Central de Material de Esterilização – CME, que necessita de diversas intervenções para voltar a servir à população alhandrense, do mesmo modo que a Lavanderia;

**CONSIDERANDO** a inexistência de Necrotério no Hospital e a sugestão de construção adequada;

**CONSIDERANDO** o relatório financeiro apresentado pela Superintendente do Instituto da Previdência do Município de Alhandra - IPEMAD, Sra. Severina Anacleto de Lima, que relata a existência de dívidas entre o Município e o RPPS referentes à

contribuições previdenciárias dos exercícios de 2018, 2019 e 2020, no valor total de R\$ 12.959.628,78 (doze milhões, novecentos e cinquenta e nove mil, seiscentos e vinte e oito reais e setenta e oito centavos), que teriam sido supostamente parcelados através de acordos cuja expectativa é de indeferimento pelo sistema CADPREV; **CONSIDERANDO** o extenso relatório da Secretaria de Finanças, elaborado pelas Sras. Antonnia Karolyna Almeida Rodrigues e Edilma Pereira da Silva, respectivamente, Secretária e Adjunta da pasta, que anotam a existência de diversos débitos atribuídos ao Município de Alhandra perante a Caixa Econômica Federal e o Banco do Brasil, relativos a ausência de repasses de empréstimos consignados (R\$ 276.438,60), débitos junto ao Hospital Universitário Nova Esperança (R\$ 7.951,96), Energisa (R\$ 290.872,44), A União (R\$ 77.280,00), Anderson Paiva – Internet (R\$ 4.340,00), Copy Line (R\$ 33.440,00), Tarifas Bancárias – FOPAG (R\$ 4.676,65), além da completa inexistência de materiais de expediente (papel, pastas, arquivos, canetas, escarcelas, tonners de impressoras etc), computadores sem funcionar, mobiliário em péssimo estado de conservação e local de trabalho insalubre;

**CONSIDERANDO** o relatório encaminhado pelo Secretário de Administração, o Sr. Severino Rufino de Santana Neto, que atesta a grave deficiência estrutural física das instalações da Secretaria de Administração (rachaduras nos prédios, computadores danificados, ar condicionados quebrados, sem manutenção e sem controles, impressoras danificadas e inutilizadas, cadeiras e móveis quebrados e inutilizados, etc), além do precário estado dos arquivos do município (com papéis mofados, arquivos fechados, computadores com arquivos apagados, arquivo de folha de pagamento desestruturado, contratos e portarias de servidores não localizados, legislação de 2017 a 2020 não localizadas, etc). Soma-se a isso a repetida inexistência de materiais de expediente (papel, pastas, arquivos, canetas, escarcelas, tonners de impressoras etc) e insalubridade do local de trabalho;

**CONSIDERANDO** o princípio da continuidade do serviço público, cujo conteúdo determina que não pode ocorrer solução de continuidade na prestação de serviços públicos essenciais;

**CONSIDERANDO** a necessidade de aquisição de materiais de expediente e limpeza, gêneros alimentícios, combustível, medicamentos, materiais médico-hospitalares e odontológicos, equipamentos de informática, peças automotivas e serviços mecânicos, mobiliários para o regular desenvolvimento da administração e assim sendo oferecer à população serviços públicos de qualidade;

**CONSIDERANDO** que, em consonância com o ordenamento jurídico vigente, diante do cenário apresentado, o Chefe do Poder Executivo Municipal tem o dever de tomar medidas concretas com a finalidade de limitar despesas, equilibrar as contas públicas e garantir a continuidade dos serviços essenciais;

#### DECRETA:

Art. 1º. Fica decretado Estado de Calamidade Pública no âmbito da Administração Pública Municipal da Cidade de Alhandra, a contar da data de publicação do presente decreto, mantendo-se pelo prazo de 180 (cento e oitenta dias), podendo ser prorrogado por igual período havendo necessidade, em face das condições acima consideradas.

Art. 2º. Durante o período de emergência, fica vedada a realização de quaisquer despesas no âmbito do Poder Executivo sem a prévia, expressa e direta autorização do Prefeito Constitucional.

Art. 3º. Fica autorizado à Administração Pública Municipal, com fulcro no art. 24, inciso IV da Lei 8.666/93, a contratar serviços e adquirir materiais necessários à execução dos atos de gestão administrativa essenciais, bem como ao funcionamento dos serviços básicos de saúde, educação, transporte, saneamento, limpeza pública e infraestrutura básica, sem a necessidade de certame licitatório, desde que constatada a indispensabilidade da contratação.

Art. 5º. O presente decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos jurídicos advindos do mesmo à data 01 de janeiro de 2021, quando da posse do novo gestor, uma vez em que tal momento já estava instaurada a situação de calamidade e emergência vivenciada pela Administração Municipal.

Art. 6º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Constitucional de Alhandra (PB), em 19 de janeiro de 2021.

**MARCELO RODRIGUES DA COSTA**

Prefeito

**Publicado por:**

Lucia Carla Bezerra de Farias  
Código Identificador:25291F3D

#### ESTADO DA PARAÍBA PREFEITURA MUNICIPAL DE ARARA

#### GABINETE DO PREFEITO PORTARIA Nº 27, DE 01 DE JANEIRO DE 2021.

O PREFEITO CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE ARARA, Estado da Paraíba, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 68, inc. XXX, da Lei Orgânica do Município, c/c art. 24 e 25, da Lei Municipal nº 139/2008.

#### RESOLVE:

Art. 1º - NOMEAR, o Senhor **JOSINALDO CLEMENTINO DA SILVA**, para exercer o Cargo Comissionado de **ASSESSOR PARA SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS DA SECRETARIA**, servindo-lhe de título a presente portaria, até ulterior deliberação.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito da Prefeitura Municipal de Arara, em 01 de janeiro de 2021.

**JOSÉ AILTON PEREIRA DA SILVA**

Prefeito Constitucional do Município de Arara/PB

**Publicado por:**

Antonio Marcos Venancio de Alcântara  
Código Identificador:544F19B1

#### ESTADO DA PARAÍBA PREFEITURA MUNICIPAL DE BAYEUX

#### IPAM - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE BAYEUX PORTARIA SUPER 004/2021

#### PORTARIA-SUPER Nº 004/2021 07 de janeiro de 2021.

O DIRETOR-SUPERINTENDENTE DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE BAYEUX – IPAM, estado da Paraíba, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pelo inciso I, do art. 89, da Lei Municipal nº 1.347/2014, de 10 de março de 2014.

#### RESOLVE:

Art. 1º - NOMEAR **JUSSYHE DE LIMA BARROS** para exercer o cargo de provimento em comissão de Tesoureiro, símbolo IPAM-T-1, do Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores Públicos do Município de Bayeux.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos à data de 04 de janeiro de 2021.

Art. 3º - Registre-se, publique-se.

**DIÉGO DE FRANÇA MEDEIROS**

Superintendente do IPAM

**Publicado por:**

Enio Silva Nascimento  
Código Identificador:412BCFCE